

O ATEÍSMO E AS RELAÇÕES LABORAIS: UMA EXPERIÊNCIA SILENCIADA

Diogo Barros Azevedo (Universidade Estadual de Londrina)
Sonia Regina Vargas Mansano (Universidade Estadual de Londrina)

Resumo

O Brasil é considerado um país marcado pela religiosidade da sua população, cujos valores se fazem presentes na maioria das instituições sociais. Dentre elas, inclui-se o campo laboral, onde se posicionar como não cristão consolidou-se em uma prática rara e atravessada por preconceitos. Este artigo objetiva analisar como a religiosidade está presente no âmbito social e laboral, afetando diretamente os ateus. Adotando uma perspectiva teórica, buscou-se discutir três dimensões: a incidência da religiosidade e do ateísmo no Brasil, a difusão de preconceitos nas mídias abertas e digitais, bem como os impasses e sofrimentos psicossociais decorrentes da intolerância religiosa. Ao final do estudo, espera-se evidenciar os efeitos sociais da dominância do cristianismo e a necessidade de estudos sobre o ateísmo no campo laboral da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Ateísmo. Trabalho. Preconceito. Laicidade. Sofrimento Psicossocial.

Introdução

O contexto brasileiro é amplamente marcado pela religiosidade. Esferas protegidas pela laicidade recebem, frequentemente, interferências de instituições e valores religiosos que são efetuadas no cotidiano das relações sociais. No contexto laboral essa situação não é diferente. Desde questões supostamente burocráticas como o preenchimento do campo “religião” em fichas de emprego até rituais dessa natureza no cotidiano organizacional, a religião se afirma como uma realidade que atravessa as organizações.

Diante deste cenário, o presente estudo teve por objetivo compreender como a religiosidade atravessa as relações laborais e suas repercussões sobre a vida daqueles que se declaram sem religião ou ateus. Afinal, há espaço para esse tipo de manifestação no contexto laboral? Quais os efeitos trazidos por uma declaração pública de não religiosidade ou ateísmo? Como a religião interfere nos processos de seleção e gestão de pessoal?

Apesar de as questões serem diversas, estudos sobre o ateísmo em contexto laboral, entretanto, ainda são raros. As pesquisas realizadas no contexto acadêmico brasileiro mostraram apenas estudos que tratavam sobre a religiosidade, tais como os trabalhos de Ferreira (2017), Sampaio (2013) e Machado (2010). No contexto internacional, apenas o

trabalho de Anderson (2015) trata especificamente sobre o ateísmo nas relações laborais, ao debater como professores ateus escondem seu posicionamento religioso em função do preconceito.

Diante dessa escassez, este artigo busca trazer o debate para a área da Administração, uma vez que o mesmo é amplamente marcado pelo silêncio. Para isso, buscou-se primeiramente mostrar o cenário religioso e ateu no Brasil, também realizando comparações entre outros países. Em sequência, procura-se elucidar o contexto religioso brasileiro, evidenciando como os ateus são vistos e tratados em algumas situações. Ao final desse percurso será possível mostrar que a laicidade, considerada como um norteador governamental no Estado brasileiro, é amplamente desconsiderada e atacada no cotidiano das relações laborais, produzindo uma série de práticas morais que levam à exclusão social, ao preconceito e a quadros de sofrimentos psicossociais significativos. Considera-se, assim, que a responsabilidade social e institucional para com essa possibilidade valorativa da existência ainda é algo a ser amplamente estudado e debatido no contexto laboral.

A religião e o ateísmo em números: um cenário preocupante

Dados estatísticos brasileiros evidenciam a hegemonia cristã em nosso território (IBGE, 2010). Os números são consequências de uma história construída com base no cristianismo desde os tempos coloniais (LIMA, 2012), quando os portugueses condicionaram as populações nativas às suas regras e preceitos culturais.

A opção religiosa cristã é algo que está fortemente consolidado na América do Sul quando comparada a outras regiões do planeta. Enquanto países como a China (47%), o Japão (31%) e a República Tcheca (30%) apresentam números elevados de ateus convictos (MEZADRI, 2019), a América do Sul, como um todo, apresenta um número muito reduzido de não religiosos. A tabela 1 mostra uma comparação entre as Américas do Sul e do Norte, assim como a Europa Ocidental e a Oriental:

Tabela 1 - Distribuição de religiosos e não religiosos em algumas regiões comparadas

Região	Não religiosos (inclusos ateus)	Todos os cristãos combinados
América do Sul	6,4%	89,1%
América do Norte	16,9%	67,5%
Europa Ocidental	27,4%	62,9%

Europa Oriental	9,7%	62,7%
------------------------	------	-------

Fonte: MEZADRI (2019).

Ademais, quando observados os detalhes dos países da América do Sul, o Brasil (8%) e o Paraguai (2,1%) são os países com o menor percentual de não religiosos (MEZADRI, 2019), índice no qual estão inclusos os ateus. A comparação entre cinco países na América do Sul pode ser vista na tabela 2:

Tabela 2 - Países do Cone Sul - Comparativo de religiosidade

País	Não religiosos (inclusos ateus)	Todos os cristãos combinados
Brasil	8%	86,4%
Argentina	6,3%	90,2%
Uruguai	41,7%	54,6%
Chile	10,5%	88,3%
Paraguai	2,1%	95,5%

Fonte: MEZADRI (2019).

Diante desse cenário com predomínio religioso, alguns grupos minoritários buscam espaço de expressão na sociedade brasileira, já que as diferentes visões de mundo resultam em enfrentamentos. Isso ocorre porque diferentes grupos culturais tendem a entrar em conflito, tendo em vista a negação e os impasses sociais gerados “em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. Por isso, discriminamos o comportamento desviante” (LARAIA, 2001, p. 67).

Dentre essas minorias, encontra-se o grupo dos ateus, incluso em meio aos 8% de brasileiros que, de acordo com o último censo (IBGE, 2010), se declaram sem religião. Cabe salientar que declarar-se sem religião não significa, necessariamente, assumir a condição de ateu, o que demonstra que esses 8% guardam uma diversidade de posições. Isso fica evidente ao analisarmos uma pesquisa publicada pelo Instituto Datafolha (2016) que buscava caracterizar o “Perfil e opinião dos evangélicos no Brasil” (p. 1). Os dados estatísticos obtidos no estudo mostram que 50% dos respondentes se declaram católicos, 29% evangélicos, 14% dizem não ter religião e apenas 1% diz ser ateu ou não acreditar em Deus.

Uma das explicações para esse quadro pode ser encontrada na análise de Martin (2014), para quem, talvez, os ateus “não se manifestem com receio de serem discriminados ou apartados do convívio da sociedade, uma vez que a regra social é pertencer a algum tipo de

religião ou ter algum tipo de credo” (p. 34). Com base nisso, a situação dos ateus se mostra ainda mais complicada quando alguns estudos de opinião ligados ao preconceito são levados em pauta.

Em um deles, realizado pela Fundação Perseu Abramo (2008), os pesquisadores buscaram mensurar o “grau de aversão ou intolerância a grupos de pessoas” (p. 19). Ao serem indagados sobre suas percepções em relação a determinados grupos, os respondentes poderiam responder se sentiam repulsa ou ódio; antipatia; indiferença; satisfação ou alegria; ou outros. A lista apresentada aos respondentes continha grupos minoritários, tais como “gente que não acredita em Deus” e “usuários de droga”, os quais foram apontados por 17% dos entrevistados como alvos de repulsa ou ódio. Aqueles que não acreditam em Deus ainda receberam 25% de antipatia, sendo colocado como o grupo de maior rejeição.

Outra pesquisa, encomendada pela agência CNT/Sensus (VEJA, 2007), buscou entender quais grupos poderiam sofrer maior rejeição quando lançados como candidatos à Presidência da República no Brasil. Os resultados mostraram que apenas “13% dos brasileiros votariam num ateu para presidente” (p. 1). A expressividade desta rejeição fica mais clara quando olhamos os demais números da pesquisa, que mostram que 84% votariam em um negro, 57% votariam em uma mulher e 32% votariam em um homossexual, minorias cujas pautas são amplamente discutidas na sociedade quando comparadas às causas dos ateus. O motivo poderia estar ligado à reflexão de Lima Júnior (2012) que argumenta: “os ateus são retratados como niilistas éticos, ‘pessoas sem limites’, ‘capazes, por isso, de matar e cometerem as maiores atrocidades’” (p. 137). Quais os efeitos concretos desses números no cotidiano. Como eles interferem na opção religiosa do cidadão comum?

As mídias abertas e as redes sociais: campo livre para difusão de preconceitos

Nessa seção, exporemos os efeitos relacionais trazidos pelo alto índice de crentes em nosso país e os enfrentamentos que eles geram no cotidiano da população. Para tanto, apresentaremos alguns fragmentos de programas televisivos que ganharam destaque ao abordar o ateísmo. Nesse sentido, em 2016, a rede de televisão BBC realizou uma entrevista com um candidato a vereador na cidade de São Paulo. O candidato se apresentou abertamente como ateu e também como defensor das causas desse grupo. A reportagem procurou mostrar que o candidato, quando em campanha e também após os resultados da eleição, na qual não

foi eleito e foi amplamente discriminado, sofrendo uma série de ofensas e ameaças, como se ele fosse “perigoso para a comunidade” (NIETZSCHE, 2009, p. 64).

Tais ocorrências elucidam as dificuldades dos ateus se organizarem enquanto grupo social legítimo, sendo que esse tipo de movimento acontece quase exclusivamente na internet por meio das redes sociais, conforme aponta Martin (2014). Na visão do autor, “as posturas dos meios de comunicação transitam de uma expressão responsável à preconceituosa para com a comunidade atea, e que esta sofre restrições para difundir conteúdos, posições e opiniões” (p. 9). Nota-se assim, que as tentativas dos ateus se expressarem diretamente com a população em geral, fora das redes sociais ou demais ferramentas da internet, resultam em fracasso e ações de preconceito contra o próprio grupo por parte da sociedade, conforme relatam Montero e Dullo (2014).

Para dar visibilidade à situação, apresentamos uma dessas campanhas, realizada pelos ateus em 2010, movida pela ATEA (Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos), “sob o mote geral ‘diga não ao preconceito contra ateus’” (p. 63). Montero e Dullo (2014) argumentam que as ações promovidas pela ATEA, o maior grupo organizado de ateus no Brasil (ATEA, 2021), resultaram em uma acusação de “fundamentalismo e de ser tão intolerante e ofensiva quanto as posições religiosas que ela visava a combater” (p. 74).

A campanha, ainda encontrada no site da referida associação, baseou-se na implantação de *outdoors* e *banners* em ônibus com as frases como: “Somos todos ateus, com os deuses dos outros”, “A fé não dá respostas. Só impede perguntas”, “Se Deus existe, tudo é permitido” e “Religião não define caráter”. Todos os cartazes eram acompanhadas pelo enunciado: “Diga não ao preconceito contra ateus”. Tal campanha soou como provocações aos olhos dos cristãos, que a rechaçaram e, ao invés de se aproximarem dos ateus, contra-atacaram por meio de novas campanhas.

Em julho de 2010, a rede Bandeirantes de televisão registrou um caso grave de preconceito dirigido aos ateus. O fato ocorreu durante o programa Brasil Urgente, apresentado pelo jornalista José Luiz Datena. O contexto das ofensas dirigidas aos ateus era composto por um caso de assassinato, quando um menino de 2 anos havia sido fuzilado por um pedreiro, que simplesmente foi dormir após cometer o crime. Ao relatar o ocorrido, o apresentador afirmou que um crime tão grave como aquele, só poderia ter sido obra de um ateu, nada justificaria um crime dessa gravidade a não ser “a ausência de Deus” (YOUTUBE, 2013). O

diálogo entre o referido apresentador e seu repórter auxiliar foi marcado por vários ataques direcionados aos ateus que, segundo seu ponto de vista, não deveriam, nem mesmo, estar assistindo ao seu programa porque são pessoas que “não tem limites [...] [e] se acham o próprio Deus” (YOUTUBE, 2013). Durante a programação, o apresentador ainda chamou seus telespectadores para responder uma enquete, com o objetivo de mostrar que os tidos como do bem (os cristãos) são a maioria, enquanto os do mal (os ateus), aqueles que “[não tem Deus no coração], quem mata criancinha, quem estupra, quem violenta, quem bate em nossas mulheres” (YOUTUBE, 2013), são a minoria. Pode-se encontrar, nesse fragmento televisivo, um posicionamento amplamente preconceituoso e generalista por meio do qual “não existe fenômenos morais, apenas uma interpretação moral dos fenômenos” (NIETZSCHE, 2005, p. 66).

A campanha mostrou com clareza a afirmação de Nietzsche (2005, p. 31) de que “toda companhia é má, exceto a companhia dos iguais”. Algo que chamou muita atenção nesse caso foi que a população, ao invés de condenar os dizeres preconceituosos de Datena, garantiu apoio em massa ao apresentador: Até onde os índices da enquete proposta puderam ser acompanhados, foram 42.657 votos de pessoas que diziam acreditar em Deus e 1.690 votos de pessoas que não acreditam em Deus (YOUTUBE, 2013). Em julho de 2010 o programa foi o 2º com maior Ibope da cidade de São Paulo (TERRA, 2010). Martin (2014) afirma que as programações televisivas religiosas chegam a 36,67% da programação total na CNT, 38,08% na Rede TV!, 17,0% na Band, 15,7% na Record. Por outro lado, os espaços para que os sujeitos não crentes exponham suas visões não são encontrados, acarretando em sua organização quase exclusiva nas redes sociais.

Em seu estudo, Martin (2014) ainda considerou as mídias de comunicação impressas e digitais. Nesse sentido, citações foram analisadas com o fim de elucidar em que teor os ateus eram evocados. O autor encontrou e classificou as falas como positivas, neutras e também negativas. Exemplos dessas últimas foram: “Pior que isso, só o Capeta” (p.52), “Sombra escreveu que quem manda no Brasil é ACM e não FHC, ACM pelo menos crê em algo, FHC é ateu de carteirinha” (p. 53) e “Secretaria estadual de educação divulgou edital dizendo que o professor que perder a fé tornar-se agnóstico ou ateu poderá ser punido com afastamento ou até demissão” (p. 53).

A apresentação desses estudos estatísticos e dos documentos de domínio público reitera que a cultura ocidental é marcada pelo cristianismo. Disso decorre o estranhamento, o preconceito e a avaliação negativa em direção aos ateus. Sob a ótica de Foucault (2014), também nesse campo, podem-se observar as práticas de uma sociedade que procura disciplinar os sujeitos por meio da comparação em um “espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir” (p. 179). E isso ocorre a fim de puni-los, “rebaixando e degradando” (p. 178). Tal punição “compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza” (p. 180).

O ateísmo e a esfera laboral: impasses e sofrimentos psicossociais

A escassez de estudos acadêmicos ligados ao ateísmo é facilmente verificada no contexto brasileiro. Buscas em plataformas acadêmicas como o *Scielo*, *Spell* ou o Portal de Teses da Capes, mostram um número reduzido de estudos focados no grupo dos ateus. Além do mais, estudos que relacionam o ateísmo aos Estudos Organizacionais, não puderam ser encontrados. No contexto internacional a realidade não é muito diferente. Poucos estudos são encontrados, aparecendo como autores de referência Bullivant (2012; 2020), Beaman (2013; 2018) e Lee (2015). Contudo, os trabalhos, em sua maioria, buscam mostrar a realidade dos ateus em seu contexto social, não focando especificamente na esfera do trabalho. Nesse sentido, as buscas indicaram apenas o trabalho de Anderson (2015), cuja pesquisa demonstra que alguns professores ateus optam por não revelar sua perspectiva religiosa no contexto laboral em função do preconceito religioso.

Essa realidade restrita de estudos sobre ateísmo em contexto laboral se dá diante do crescimento no número de casos de intolerância religiosa, conforme indicam os dados da CONJUR (2009):

Uma pesquisa feita pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert) nos tribunais estaduais, federais e do Trabalho revela o crescimento de ações motivadas por racismo e intolerância religiosa. De acordo com o levantamento, foram identificados 1.011 julgamentos. Pesquisa divulgada em 1997 mostrou que, de 1951 e 1996, havia apenas nove ações na segunda instância da Justiça do país sobre racismo e intolerância religiosa [...] A pesquisa chama a atenção para o crescente número de decisões na Justiça do Trabalho que reconhecem o dano moral decorrente de discriminação racial, bem como o assédio moral resultante desta. De acordo com o

levantamento, no período pesquisado, o número de decisões trabalhista envolvendo racismo e intolerância religiosa chegou a 356 (CONJUR, 2009).

A escassez de estudos sobre o ateísmo na área dos Estudos Organizacionais frente ao número de ações sobre preconceito religioso e o comportamento discriminatório dos religiosos para com os ateus no cenário nacional pode ser vista como um assunto cuja abordagem é urgente e necessária. Como as práticas religiosas no Brasil contam com a adesão da maioria populacional, a esfera do trabalho é frequentemente atravessada por impasses que demandam uma análise crítica e situado sobre seus efeitos relacionais. Um dos estudos nessa direção foi realizado por Jácomo (2015) que buscou descrever uma “disputa por seguidores, credibilidade e legitimidade” (p. 4) por meio de organizações religiosas (católica, espírita e evangélica) no contexto policial militar do Estado de São Paulo. Dentre seus achados, o estudo evidenciou “a possibilidade de que a função de capelão militar pudesse ser exercida por representantes de qualquer religião, desde que esta ‘não atente contra a disciplina, a moral e as leis’” (p. 51). Entretanto, apesar de uma suposta abertura às diferentes religiões, existia a necessidade de que “a religião do postulante ao cargo fosse professada, ‘no mínimo, por um terço dos efetivos das unidades a serem contempladas’” (p. 51), isso em um período “em que mais de 95% da população brasileira se declarava católica” (p. 51). Nota-se que o ateísmo ou a não religiosidade sequer são considerados na instituição mencionada.

Assim, os trabalhadores da Polícia Militar aparecem como um grupo cuja dominação “repousa nos costumes e na repetição sistemática do exercício do poder” (JÁCOMO, 2015, p. 88). Enquanto os que professam outras religiões ou mesmo não a declaram são deixados de lado. Nesse caso, os cristãos se apresentam como detentores da moral, propagando relatos por meio de ações realizadas no interior da Polícia Militar como, por exemplo, a referência ao caso de um torturador e assassino que justifica sua mudança de vida à ação divina. Vê-se que “a aparência de milagre, de imediata sucessão de opostos [...] aqui parecia palpável que um ‘homem mau’ se tornasse de repente um ‘santo, um homem bom’” (NIETZSCHE, 2005, p. 50).

O estudo demonstra que a laicidade, como diretriz constitucional, é amplamente atacada no interior das instituições laborais em contexto brasileiro. Sob o ponto de vista governamental dos agentes religiosos, se a maioria da população é religiosa, a religião aparece

como prática natural e precisa ser repostada pelos trabalhadores em geral. Isso é referendado por outro exemplo de ataque à laicidade em instituição pública. Trata-se de uma peça jurídica que denunciava a exposição de crucifixos em seus departamentos. Na ocasião, a juíza responsável pelo caso (3ª vara cível federal de São Paulo) entendeu que tais objetos estavam “protegidos e inseridos dentro dos direitos relativos à cultura, uma vez que o Brasil seria um país formado histórico-político-culturalmente a partir da presença de símbolos religiosos” (FERREIRA, 2017, p. 34). Portanto, a permanência dos crucifixos deveria ser permitida.

Se no âmbito do serviço público esse tipo de denúncia é evidenciado, mas sufocado, o que pensar no âmbito privado, em que uma revelação dessa natureza pode levar à exclusão social e, em uma vertente mais radical, à demissão? O que vemos a partir desses relatos é que, apesar da escassez de estudos sobre a manifestação do ateísmo em contexto laboral, o tema não pode ser simplesmente desconsiderado ou negado. Isso porque os efeitos dessa negação vão desde o preconceito àqueles que decidem expor sua opção valorativa até as práticas violentas de intolerância à diferença.

O sofrimento psicossocial gerado pelo preconceito e pelas práticas de intolerância deixa entrever que a exclusão social é algo recorrente nos grupos minoritários. Os efeitos da exclusão social são diversos e, de acordo com Sawaia (2009, p. 369), evidenciam uma “ameaça permanente à existência. Ela cerceia a experiência, a mobilidade, a vontade e impõe diferentes formas de humilhação”. Associar ateus a crimes e a ações brutais é simplesmente desconsiderar a diversidade de valores e desqualificar aquele que segue uma direção diferente da maioria, sem que isso traga qualquer risco à coletividade. Assim, ainda de acordo com Sawaia (2009, p. 369), a “depauperação permanente produz intenso sofrimento, uma tristeza que se cristaliza em um estado de paixão crônica na vida cotidiana, que se reproduz no corpo memorioso de geração a geração”. Afirmar o ateísmo em um contexto nacional amplamente religioso evidencia os perigos de uma cultura hegemônica e os desdobramentos preconceituosos engendrados pela mesma, nos mais diversificados contextos, incluindo aí o laboral.

Considerações Finais

Com base nas informações disponibilizadas pelo censo brasileiro (IBGE, 2010) e pela pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha (2016) que mostram os ateus como uma

população minoritária no contexto brasileiro, constatou-se a raridade de estudos que investigam os efeitos relacionais vividos por aqueles que se autodeclaram não religiosos ou ateus em contexto laboral. Nota-se, desse modo, uma clara invisibilidade do tema, das práticas de preconceitos e das necessidades desse grupo, que é raramente objeto de estudo na área de Administração. Mesmo nos estudos que adentram o campo da religiosidade, observa-se que o ateísmo é, de certa forma, uma espécie de tabu, sendo sobreposto pelo estudo geral das práticas religiosas. Assim, enquanto alguns trabalhos permeiam o preconceito religioso e a ação da hegemonia cristã nas organizações, o ateísmo enquanto posicionamento religioso é esquecido.

Assim, no decorrer deste estudo foi possível constatar como a religiosidade se faz presente no cotidiano relacional brasileiro, especialmente por meio do cristianismo, e como suas práticas e enunciados são tomados como naturais, sendo quase um consenso a importância e adesão a uma religião. Enquanto a constituição brasileira prevê uma clara separação entre o Estado e a religião, nota-se o quanto essa premissa é constantemente desrespeitada e atacada. Isso ocorre com mais frequência no âmbito privado, acarretando na exclusão e coação sobre os que se autodeclaram não religiosos ou ateus, os quais precisam manter suas opiniões na esfera privada e simplesmente se adequar à cultura religiosa dominante.

O sofrimento psicossocial advindo desse tipo de adequação torna-se inevitável por diferentes vias, dentre as quais destacamos duas: primeiro, pelos riscos que a exposição traz e que envolve os processos de exclusão sociais e o exercício do preconceito. Mas, também, pela falta de espaço para compartilhar e conversar sobre valores que são contra-hegemônicos, atentando para a diversidade de opiniões e modos de existência que marcam a vida em sociedade.

Desta forma, estudos na área da Administração com foco no ateísmo presente, mas sufocado e calado, dentro das organizações precisam emergir. Os dados dos estudos aqui elencados demonstram a urgência de dar visibilidade a esta esfera da existência que tem sido amplamente ignorada no âmbito acadêmico, especialmente quando se busca fazer uma análise crítica da relação entre o contexto laboral e o ateísmo. Ao final desta trajetória, espera-se que novos estudos venham a suprir essa clara necessidade social de investigação, abrindo caminhos para ações que visem reduzir o preconceito e a intolerância dirigidos aos ateus.

Referências

ANDERSON, D. Characteristics of Atheist Pre-Service Elementary Teachers. **Secularism & Nonreligion**, 4 (13), p. 1 – 9, 2015.

BEAMAN, L. The will to religion: Obligatory religious citizenship. **Critical Research on Religion**, 1 (2), p. 141 – 157, 2013.

BEAMAN, L. The inclusion of nonreligion in religion and human rights. **Social Compass**, 65 (1), p. 43 – 61, 2018.

Brasil Urgente 27/07/10. **YOUTUBE**, 25 jan. 2013. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=JzA1yALX-LY&t=308s>>. Acesso em: 30/03/2021.

BULLIVANT, S. Not so indifferent after all? Self-conscious atheism and the secularisation thesis. **Approaching Religion**, 2 (1), p. 100 – 106, 2012.

BULLIVANT, S. We Confess that we are Atheists. **New Blackfriars**, p. 1 – 15, 2020.

Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. **IBGE**, 2010.

Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em 12/04/2020.

Diversidade sexual e homofobia no Brasil. **Fundação Perseu Abramo**, junho de 2008.

Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/pesquisa-lgbt.pdf>>.

Acesso em: 10/04/2020.

FERREIRA, D. G. **Intolerância religiosa em ambiente de trabalho: um estudo sobre seus mecanismos, implicações e soluções**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco. Recife, p. 69, 2017.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42^a. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

JÁCOMO, L. V. J. **As religiões da polícia: religião e religiosidade na polícia militar do estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 104, 2015.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 14^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LEE, L. Secular or nonreligious? Investigating and interpreting generic ‘not religious’ categories and populations, **Religion**, 44 (3), p. 466 – 482, 2014.

LEE, L. Ambivalent Atheist Identities, **Social Analysis**, 59 (2), p. 20 – 39, 2015.

LIMA, L. Civil, civilidade, civilizar, civilização: usos, significados e tensões nos dicionários de língua portuguesa (1562-1831). **Almanack**, Guarulhos, n. 03, p. 66 – 81, 1º semestre de 2012.

LIMA JÚNIOR, F. O sagrado intolerante: uma abordagem sobre as origens da discriminação aos ateístas na sociedade contemporânea. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 128, p. 136 – 147, janeiro de 2012.

MACHADO, J. E. M. Liberdade e igualdade religiosa no local de trabalho – breves apontamentos. In: MACHADO et al. **II Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Proteção ao Trabalhador e Direito Antidiscriminatório**. Porto Alegre: HS Editora, 2010.

MARTIN, S. L. **Comunicação e ateísmo: novas contexturas no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul, p. 93, 2014.

MEZADRI, F. **Quem é o ateu? Uma compreensão da identidade ateísta**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 346, 2019.

MONTERO, P; DULLO, E. Ateísmo no Brasil: da invisibilidade à crença fundamentalista. **Novos Estudos**, São Paulo, nº 100, p. 60 – 79, novembro de 2014.

NIETZSCHE, F. **Além do bem e do mal**. 1ª ed. São Paulo: Editora Schwarcz, 2005.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral**. 1ª ed. São Paulo: Editora Schwarcz, 2009.

Pela laicidade e contra o preconceito. **ATEA**, 2021. Disponível em: < <https://www.atea.org.br/> >. Acesso em: 30/03/2021.

Perfil e opinião dos evangélicos no Brasil – total da amostra. **DATAFOLHA**, 2016. Disponível em: < <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/12/28/da39a3ee5e6b4b0d3255bfef95601890afd80709.pdf> >. Acesso em 18/08/2021.

PORFÍRIO, Fernando. Cresce número de ações por racismo e intolerância. **CONJUR**, 2009. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2009-set-30/aumenta-numero-acoes-racismo-intolerancia-religiosa> >. Acesso em: 03/05/2021.

Preconceito, agressividade e desconfiança: como é ser ateu no Brasil. **BBC**, 2016. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37640191> >. Acesso em: 30/03/2021.

Programa de José Luiz Datena bate recorde de audiência em 2010. **TERRA**, 2010. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/diversao/tv/programa-de-jose-luiz-datena-bate-recorde-de-audiencia-em-2010,1834f001fdc7a310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 30/03/2021.

SAMPAIO, L. **Instituições e capital social: uma análise do papel da religião como instrumento de desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Pará. Belém, p. 67, 2013.

SAWAIA, B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**. 21 (3), p. 364 – 372, 2009.

Só 13% dos brasileiros votariam num ateu para presidente. **VEJA**, 2007. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/veja-5-so-13-dos-brasileiros-votariam-num-ateu-para-presidente/>>. Acesso em: 21/03/2020.